



NOVAS PERSPECTIVAS: TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE MENOS OPRESSORA¹

Eduardo Adam Siqueira²
Nelsi Kistemacher Welter³

Resumo: A presente pesquisa utiliza o livro III da obra *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, com o objetivo de mostrar como as concepções de Rousseau ainda influenciam no sentido de propor diferenças de educação baseadas no gênero. Em seguida, utiliza-se *Pedagogia das Travestilidades*, de Maria Clara Araújo dos Passos, para 1º) contextualizar a situação das pessoas transgênero no Brasil; 2º) evidenciar as dificuldades enfrentadas por elas, como a evasão escolar precoce; 3º) destacar a importância da ocupação dessas pessoas em diferentes áreas da sociedade. O intuito é estabelecer conexões entre as concepções rousseauianas e as questões contemporâneas de identidade de gênero e igualdade de direitos, promovendo um debate abrangente e esclarecedor sobre esses temas, ressaltando a importância de uma educação inclusiva na busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Transgeneridade. Educação. Igualdade.

Abstract: The present research uses the book III of Jean-Jacques Rousseau's work *Emile or On Education*, aiming to demonstrate how Rousseau's conceptions still influence the proposition of gender-based educational differences. Subsequently, Maria Clara Araújo dos Passos *Travestility's Pedagogies* is used to: 1º) contextualize the situation of transgender people in Brazil; 2º) highlight the difficulties they face, such as early school dropout; 3º) emphasize the importance of their involvement in various areas of society. The aim is to establish connections between Rousseau's conceptions and contemporary issues of gender identity and equality, promoting a comprehensive and enlightening debate on these topics, emphasizing the importance of inclusive education in the pursuit of a more equitable and just society.

Keywords: Transgender Identity. Education. Equality.

INTRODUÇÃO

¹ O trabalho é resultado parcial da pesquisa ICV (Iniciação Científica Voluntária) desenvolvida junto à UNIOESTE, campus de Toledo, no ano de 2023.

² Graduando em Filosofia. Integrante do Grupo PET Filosofia da UNIOESTE; bolsista CAPES. Contato: eduardo.adam2020@gmail.com.

³ Orientadora. Docente-pesquisadora na Filosofia da UNIOESTE/PR (Graduação e Pós-graduação); linha de pesquisa Ética e Filosofia Política. Doutora em Filosofia pela UFSC. Contato: nelsi.welter@unioeste.br.

Com base na análise da obra *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, que se destaca como uma referência essencial em cursos de formação de professores, emergem questionamentos cruciais sobre a distribuição de papéis e funções sociais com base no gênero. Rousseau, ao defender uma educação diferenciada para mulheres e homens, estabelece um paradigma no qual as mulheres são direcionadas aos afazeres domésticos, enquanto os homens são preparados para a vida pública. Tal perspectiva restringe as mulheres ao âmbito privado, negando-lhes a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico e autônomo.

Ao examinarmos a abordagem de Rousseau sobre a educação, é fundamental questionarmos suas premissas em relação ao desenvolvimento humano e à formação moral. Embora Rousseau proponha cultivar a curiosidade e o pensamento crítico em *Emílio*, sua concepção de ordem moral parece limitar-se a valores preestabelecidos pela sociedade, desconsiderando a diversidade de experiências e perspectivas individuais. Essa abordagem, que subestima a capacidade das crianças de compreender questões morais complexas, levanta questões sobre a validade e a justiça de atribuir papéis sociais com base no gênero desde a infância.

Transpondo essa problemática para o contexto brasileiro, torna-se evidente a urgência de repensar as práticas educacionais que perpetuam estereótipos de gênero e contribuem para a reprodução de desigualdades sociais. A necessidade de promover uma educação que valorize a diversidade de experiências e perspectivas, incluindo a compreensão das questões morais e sociais, é essencial para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante desse contexto, esta pesquisa se propõe a investigar como podemos desafiar e superar as concepções tradicionais de gênero na educação, visando promover uma abordagem mais igualitária e emancipadora para todas as crianças. Ao reconhecer as limitações das abordagens convencionais de ensino, abre-se espaço para explorar novas formas de educar que valorizem a individualidade e a autonomia de cada aluno, independentemente de seu gênero.

Se considerarmos a investigação da história das mulheres cisgênero⁴ na filosofia, constataremos que se trata de uma empreitada prolongada e predominantemente conduzida por meio de pesquisas individuais. Isso se deve ao fato de que as enciclopédias filosóficas não apresentam sequer uma única mulher em seu rol de filósofos, e as contribuições delas são conhecidas principalmente por meio de correspondências trocadas com filósofos. Tal cenário resulta em um ocultamento sistemático das vozes femininas, relegando-as a uma posição marginalizada no âmbito do pensamento filosófico.

⁴ Pessoas que se identificam com o gênero que lhe é designado quando nasceram. Nesse caso, mulheres que nasceram com vagina e continuam se identificando com o gênero feminino.

Em um contexto ainda mais desafiador, considerando o panorama contemporâneo, travestis e mulheres trans encontram-se em uma luta contínua pela própria sobrevivência, enfrentando condições adversas nas ruas devido à exclusão familiar, frequentemente iniciada na adolescência. A fome e o preconceito estigmatizado do século XX persistem como obstáculos significativos, apesar dos avanços na luta pelos direitos LGBTQIA+. Esse contexto hostil, permeado por preconceitos arraigados, representa uma barreira substancial para as futuras gerações.

O presente trabalho visa adotar uma perspectiva transgênero, a fim de examinar as aspirações e necessidades por ocupações das travestis e mulheres trans em diversos campos, incluindo política, educação, ciência e artes. No entanto, a ausência de leis e políticas públicas que reconheçam e protejam seus direitos básicos continua a ser um obstáculo significativo, dificultando o acesso à vida digna. De fato, o Brasil mantém uma triste liderança mundial como o país onde mais transexuais e travestis são assassinadas, conforme documentado pelo *Dossiê Anual* da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que utilizamos como uma fonte primordial de dados e informações sobre o tema. Além disso, a persistência da imagem estigmatizada associada às travestis e mulheres trans, muitas vezes vinculada à prostituição, contribui para a perpetuação de preconceitos profundamente arraigados.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo propõe uma análise do livro *Pedagogia das Travestilidades*, de autoria de Maria Clara Araújo dos Passos, com o intuito de identificar elementos que possam contribuir não apenas para a inclusão, mas também para a manutenção da presença de corpos trans nos ambientes educacionais e na sociedade em geral. Publicado como resultado de seu Trabalho de Conclusão de Curso em 2020, esse livro estabelece um diálogo crítico com as obras de Paulo Freire, bell hooks⁵ e outros pensadores e pesquisadores, oferecendo insights valiosos sobre a singularidade das experiências transgênero dentro do contexto das pluralidades sociais e culturais.

AFINAL, PARA QUE ATRIBUIR TAREFAS COM BASE NA IDENTIDADE DE GÊNERO?

A obra *Emílio ou Da Educação*, que utilizamos para analisar a concepção de *liberdade* em Rousseau, foi escolhida por se tratar de uma bibliografia básica fundamental em cursos de formação de professores. No entanto, Rousseau defende uma educação baseada no gênero, onde mulheres são educadas em função dos afazeres domésticos e homens recebem uma educação

⁵ Gloria Jean Watkins optou por utilizar e escrever o nome de sua avó Bell Blair Hooks em letras minúsculas, como homenagem. Foi a maneira que ela encontrou de evidenciar a importância de seus escritos e legado, e não de sua figura, evitando assim um personalismo, valorizando a coletividade.

destinada à vida pública. Nesse sentido, as mulheres ficariam condicionadas aos filhos e ao lar, sem qualquer possibilidade de pensamento crítico ou de formação de sua racionalidade. Com base nisso, por se tratar de um livro fundamental para a formação de profissionais na área da educação, emergiu a problemática central que nos instigou: qual a justificativa para a distribuição de papéis e funções sociais com base no gênero? Observamos como essas concepções são estabelecidas desde a infância, conforme Rousseau discute os conteúdos a serem aprendidos e os aspectos a serem negligenciados nessa fase do desenvolvimento humano:

Tratai de ensinar à criança tudo o que é útil à sua idade e vereis que todo seu tempo estará mais do que cheio. Tudo que participa da ordem moral e do interesse da sociedade não deve desde logo ser-lhes apresentado, pois elas não se acham em condições de entendê-lo [...] ela deve permanecer numa ignorância total. Todo o meu livro não passa de uma prova contínua deste princípio de educação (Rousseau, 1992, p. 147).

Rousseau utiliza o termo *ordem moral* para designar o conjunto de valores, normas e opiniões que permeiam uma sociedade. Segundo sua perspectiva, tais elementos exercem uma influência significativa sobre o indivíduo, muitas vezes desviando-o de sua essência primordial, na qual suas preocupações se limitavam ao essencial para a sobrevivência. No entanto, cabe-nos uma análise crítica: se Rousseau propõe metodologias para cultivar o pensamento crítico e a curiosidade das crianças, através da exploração da utilidade das coisas, por que ele presume que o interesse infantil se restringe ao tangível e imediatamente útil? Será que todas as crianças compartilham das mesmas características e especificidades? Mesmo à época de Rousseau, tal pressuposição seria questionável, dado que crianças oriundas de famílias escravizadas eram destinadas a herdar o mesmo destino de seus pais.

Transpondo essa problemática para o contexto social brasileiro, podemos formular da seguinte maneira: como é viável que essa criança possa buscar compreender não apenas as questões relacionadas à *ordem natural*, mas também aquelas pertinentes à *ordem moral*, uma vez que o domínio dessa última se mostra igualmente relevante, considerando a necessidade futura de integração social? Nesse sentido, é plausível que a abordagem das questões *morais*, mesmo que divergentes do *estado natural* idealizado por Rousseau, seja conduzida em uma linguagem acessível à criança, de modo a possibilitar sua compreensão e potencial influência sobre sua consciência social, inclusive no que concerne à sua posição de classe. Tal abordagem contemplaria situações concretas vivenciadas por algumas crianças, como a percepção da desigualdade alimentar quando muitas, ao retornar para casa após o horário escolar, percebem que sua próxima refeição só será disponibilizada no dia seguinte, no momento do fornecimento da merenda escolar. Outro exemplo seria a situação em que a criança é expulsa de seu lar em virtude de sua

autopercepção e autodeclaração de *identidade de gênero*⁶ ou *orientação sexual*⁷, em discordância com os padrões impostos pelo *cis-tema*⁸ acerca da identidade biológica.

Assim sendo, o cerne desta pesquisa reside na indagação sobre como podemos evitar a mera perpetuação dessas concepções, haja vista que a educação fundamental tende a reiterar tais estereótipos concernentes às atribuições sociais e ocupacionais com base na identidade de gênero. Tal abordagem repercute não apenas na percepção individual do mundo, mas também na configuração da sociedade e nas interações interpessoais.

EVASÃO ESCOLAR, PROSTITUIÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO

Com base na análise prévia que empreendemos de Rousseau, visando abordar os desafios emergentes na sociedade contemporânea, procederemos a uma breve explanação do pensamento da pedagoga Maria Clara Araújo dos Passos. Para tanto, consideramos essencial delinear sucintamente a trajetória da transexualidade no Brasil, a fim de compreendermos as raízes dos estigmas que ainda permeiam as pessoas trans e, conseqüentemente, contribuem para sua evasão escolar.

Olhe ao seu redor! Quantas travestis e mulheres trans você se depara no seu dia a dia? Quantas estão na sala de aula? Quantas te atendem no supermercado? Quantas são suas médicas? Espere até 23hrs. Procure a avenida mais próxima. As encontrará. Porque lá, embaixo do poste clareando a rua escura, é onde nós fomos condicionadas a estar por uma sociedade internalizadamente transfóbica (Passos, 2022, p. 23).

De acordo com uma pesquisa conduzida em 2019 por Bianca Gomes, Caio Faheina e João Ker, intitulada *No Ensino Superior, o Espelho da Exclusão de Pessoas Trans*, apenas 0,1% dos indivíduos transexuais estão inseridos nas universidades federais do Brasil. Tal cenário decorre das violências físicas e psicológicas precocemente enfrentadas, contribuindo significativamente para o elevado índice de evasão escolar. Caberia questionar-vos: não deveria o ambiente acadêmico primar pela inclusão? A quem se destina, na prática, essa pedagogia? A perspectiva das pessoas trans evidencia a dificuldade em consolidar a instituição de ensino como um espaço seguro para todos. A professora e travesti Luma N. de Andrade⁹, uma das entrevistadas, destaca que o

⁶ Diz respeito ao modo como a pessoa se identifica: feminino, masculino, não binário etc.

⁷ Gay, lésbica, bissexual etc., isto é, com quem essa pessoa se relaciona.

⁸ Dado que o termo *sistema* denota uma compilação de elementos, tangíveis ou intangíveis, intelectualmente estruturados pela maioria dos indivíduos que se identificam com o seu gênero biológico atribuído ao nascimento, conhecido como *cisgênero*, nós, pessoas *transgênero*, utilizamos essa terminologia como objeto de crítica.

⁹ Considerada a primeira transexual a concluir um doutorado no Brasil e, por conseguinte, primeira docente a integrar uma universidade pública federal.

processo de exclusão se revela tão brutal que ela própria o denominou em sua tese de doutorado como *Pedagogia da Violência*, concluindo que a evasão escolar se estabelece de forma involuntária, sendo imposta pela própria instituição.

Os docentes e colegas de turma muitas vezes omitem o reconhecimento do nome pelo qual a pessoa deseja ser identificada, negam-lhe o direito de utilizar os sanitários de acordo com sua identidade de gênero e, de modo geral, não demonstram respeito por sua expressão de gênero. Entretanto, nos registros da secretaria da educação, conforme observado por Luma, tais situações são classificadas como evasão escolar, imputando à vítima a culpa pela sua própria situação: "Quem é vítima passa a ser vilão nessa história. A gente vive dois processos, de assujeitamento e de resistência. Precisei me sujeitar caladinha a muitas das coisas que me eram impostas, para poder prosseguir e, mais tarde, resistir", relata Luma em entrevista.

Muitos indivíduos trans passam a enxergar a instituição escolar como um ambiente de sofrimento, sujeitando-se a diversas formas de violência, inclusive física e verbal. Quando procuram apoio junto aos educadores, frequentemente são ignorados ou responsabilizados pela sua identidade de gênero. Diante desse cenário, surge a indagação: como podemos oferecer soluções para os questionamentos levantados pela pedagoga Maria Clara no trecho de seu livro já anteriormente citado neste artigo? Como uma pessoa cuja expectativa de vida é drasticamente reduzida, estimando-se em apenas 35 anos, pode conceber a possibilidade de completar sua formação educacional e ingressar em uma carreira profissional? Qual caminho é vislumbrado (ou imposto?) para essas pessoas? Lamentavelmente, como ela mesma observa, resta a prostituição.

LUTA E RESISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Nascida em Recife-PE, Maria Clara demonstrou, desde a mais tenra idade, um notável interesse pelo campo da educação. Aos 18 anos, em 2015, deu início aos seus estudos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Para celebrar essa conquista, compartilhou em suas plataformas de mídia social um texto intitulado *Meu manifesto pela igualdade: sobre ser travesti e ter sido aprovada em uma universidade federal*¹⁰. Nessa publicação, expressou não apenas sua realização pessoal, mas também destacou a ausência de políticas efetivas de reconhecimento do *nome social*. Esse termo é empregado quando o indivíduo não dispõe de documentação oficial retificada para refletir sua identidade de gênero, permanecendo registrada a denominação civil anterior, imposta pelos pais. Assim, o nome social desejado pela pessoa é adicionado:

¹⁰ Passos, 2022, p.21.

[...] implorando pelo meu nome social e, logo, o reconhecimento de minha identidade de gênero. Nenhuma foi atendida. Nenhuma foi levado a sério como algo que eu, enquanto um ser humano, preciso daquilo para me construir e ter minha subjetividade. [...] Eu existo! Nós existimos! As violências por conta de minha identidade sempre trouxeram retaliações em salas, corredores e banheiros durante toda minha permanência na escola (Passos, 2022, p. 22).

Durante seu primeiro semestre na graduação, Maria Clara foi apresentada à disciplina intitulada *Movimentos sociais no Brasil e práticas pedagógicas*, que se revelou um marco significativo em sua trajetória acadêmica e militante. Nesse contexto, sua inclinação pela educação não formal, produção acadêmica e ativismo ganhou forma e direção. Influenciada de maneira marcante por figuras proeminentes como Paulo Freire, bell hooks e Jaqueline Gomes de Jesus (essa última integrou a banca de avaliação de seu Trabalho de Conclusão de Curso), além de outros pensadores e pensadoras da área da educação, Maria Clara também se engajou em pesquisas que exploram conceitos como interseccionalidade, negritude, cidadania LGBTQIA+, decolonialidade, entre outros.

Seu primeiro livro, *Pedagogia das Travestilidades*, publicado em 2022, representa uma interpretação profunda dos movimentos sociais e é a primeira obra a documentar as práticas sociais, políticas, sociopolíticas, epistêmicas e os saberes que emergiram do movimento de travestis e mulheres trans no Brasil desde o ano de 1979. Essa obra resgata as estratégias desenvolvidas por essas cidadãs para enfrentar a *cis-heteronormatividade*¹¹, utilizando pedagogias construídas fora dos espaços institucionais de ensino, ou seja, sem o respaldo das estruturas privilegiadas da escola ou da academia, e criando, assim, suas próprias formas de educação e resistência. As travestis e pessoas trans “trazem consigo outras possibilidades educativas, que confrontam diretamente as pedagogias dominadoras/subalternizantes pelas quais foram desumanizadas/os (Passos, 2022, p. 44).

Por meio de uma abordagem fundamentada na pedagogia freiriana, Maria Clara explora o conceito de pedagogia dominadora, destacando a busca coletiva pela libertação das classes oprimidas/dominadas, em contraposição ao autoritarismo social. A reflexão crítica e a ação são vistas como instrumentos essenciais para a superação dessas condições; contudo, a conscientização do oprimido deve ser conduzida de maneira cautelosa, de modo a evitar a reprodução de dinâmicas opressoras. Nesse contexto, ela enfatiza a importância do empoderamento por meio da narrativa pessoal, inspirada no pensamento de bell hooks, defendendo que é na prática que as transformações se efetivam.

¹¹ Tornar comum e estabelecer como padrão uma maneira específica de se relacionar emocional e sexualmente.

A transição do silêncio para a expressão individual é considerada não apenas um ato libertador, mas também humanizante, conferindo aos indivíduos antes marginalizados o status de sujeitos ativos em vez de objetos passivos. A luta por justiça e igualdade, exemplificada pelos movimentos sociais progressistas na América Latina, incluindo o movimento de travestis e mulheres trans no Brasil, é um processo de reflexão e resistência frente à realidade opressiva.

No último capítulo de seu livro, intitulado *Entre inquietações finais e as tendências de futuro*, Maria Clara aborda os desafios enfrentados pelas travestis e mulheres trans brasileiras diante do contexto social e político contemporâneo. Destaca-se a necessidade contínua de desafiar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização, inclusive no âmbito educacional, para evitar a reprodução de padrões opressivos.

Assim, o livro de Maria Clara e de outras ativistas trans, ao permitir o acesso às suas experiências e inquietações, oferece insights valiosos sobre a diversidade de significados subjacentes ao conceito de "lutar como uma mulher", especialmente no contexto brasileiro marcado pelo genocídio trans. O reconhecimento e a valorização de suas narrativas contribuem para evitar a simplificação dessas vivências, desafiando a visão restrita muitas vezes apresentada pela mídia e pela historiografia. Por meio desse engajamento crítico e desafiante, emerge a possibilidade de enfrentar os novos desafios que se apresentam, promovendo uma cultura de inclusão e justiça para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível estabelecer uma conexão entre a perspectiva filosófica e educacional de Rousseau e o debate contemporâneo de gênero, a fim de inaugurar novas perspectivas e explorar as múltiplas possibilidades de existência. Essa ação reflete a importância de permitir que as próprias pessoas representem suas narrativas. Em vez de serem meramente objetos de estudo, por que não se tornarem as pesquisadoras? Cada indivíduo possui sua singularidade, e à medida que travestis e mulheres trans ocupam mais espaços – juntamente com homens trans e outras pessoas que desafiam normas preestabelecidas – aumenta-se a evidência e a documentação da diversidade de experiências. Com o avanço das plataformas digitais e redes sociais, surgem oportunidades para compartilhar vivências, facilitando o desenvolvimento de pesquisas que abordam questões trans com uma nova perspectiva.

Entretanto, é lamentável que muitos dados ainda sejam apresentados sob a ótica de "primeira pessoa trans a ocupar determinada posição", revelando a recente visibilidade das ocupações desse grupo após décadas de luta no Brasil. A escassez de pesquisas centradas nessas experiências contribui para uma compreensão limitada da realidade trans. A influência das

políticas públicas e da participação política também é destacada, pois afeta a inclusão e a representação das pessoas trans em todos os setores da sociedade. A atuação dos governantes e os discursos por eles proferidos refletem não apenas a existência das pessoas trans, mas também moldam percepções e políticas que podem ser inclusivas ou excludentes. Estabelecendo variações sobre um mesmo tema, quando as pessoas usam o nacionalismo econômico ou religioso para purificar a nação de um grupo minoritário ou racial, promovem o genocídio desses grupos. Desse modo, evidenciamos como diferentes culturas enfrentam desafios semelhantes na luta pelo direito à vida e à dignidade. Os movimentos sociais emergem como agentes de resistência e mudança, clamando por justiça e empatia em meio às adversidades.

Esta pesquisa evidenciou a possibilidade de reprodução inadvertida de ideias que, embora não intencionalmente, podem perpetuar preconceitos contra minorias em ambientes educacionais. Torna-se crucial, portanto, exercer cautela para evitar tais reproduções e buscar meios de mitigar os preconceitos presentes nas escolas, considerando que tais instituições constituem o primeiro ambiente de interação e socialização para as crianças. Ao unir a perspectiva de Rousseau aos problemas contemporâneos, não se objetivou incluir essas problemáticas no contexto histórico dele, uma vez que os termos relacionados à transexualidade não eram então concebidos, mas sim questionar as bases que fundamentam a distribuição de tarefas com base no gênero. Surge, assim, a indagação acerca da inevitabilidade do destino pré-determinado para indivíduos nascidos em determinado gênero, bem como da imposição de normas de comportamento de acordo com tal categorização. Como resultado, o livro da pedagoga Maria Clara Araújo dos Passos emerge como obra fundamental na denúncia dessas e outras práticas, e na promoção de perspectivas acerca dos espaços que aguardam nossos corpos.

Por fim, esta pesquisa proporcionou uma reflexão sobre a formulação de estratégias destinadas à promoção da inclusão e à permanência de pessoas transexuais e travestis no ambiente educacional, preconizando a adoção de medidas primordiais, tais como:

- Implementar cursos de formação básica destinados aos docentes e futuros docentes, visando familiarizá-los com algumas das particularidades dos estudantes trans, abrangendo desde a compreensão da importância de consultar o aluno sobre sua preferência de pronome até a orientação sobre como agir diante de situações de transfobia.
- Direcionar esforços visando fomentar debates dessa natureza por meio da Filosofia e outras disciplinas educacionais, através da produção de pesquisas que envolvam assuntos como esse, e desconstruir tabus obsoletos, os quais carecem de justificativa contemporânea para sua perpetuação, promovendo, desse modo, a superação de obstáculos e a promoção da inclusão e equidade para todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma N. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Distrito Drag, Brasília: Antra, 2022.

GOMES, Bianca. FAHEINA, Carlos. KER, João. No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans. *Estadão*, 05 jun. 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>.

PASSOS, Maria C. A. *Pedagogia das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PASSOS, Maria C. A. Notas sobre a práxis político-pedagógica do movimento de travestis e mulheres transexuais no Brasil. *Congresso Brasileiro Virtual de Diversidade Sexual e de Gênero: segurança, educação, saúde e família – debates interdisciplinares*, 2021.

ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou Da Educação*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.